A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E O “APRENDIZADO SOCIAL” CONSTRUÍDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA FAZENDA ESTIVA/ SÃO JOÃO DO BUGRE- GO¹.

Profa. Dra. Amone Inacia Alves²

RESUMO: Este artigo é fruto de uma investigação de cunho etnográfico, cujo eixo norteador pretendeu mostrar como se constituiu o Assentamento São João do Bugre (GO), antiga Fazenda Estiva, abordando a ocupação e os conflitos ocorridos naquele período a partir de uma leitura dos envolvidos: agentes pastorais e ocupantes. Para tanto, recorreremos às fontes orais, mostrando os embates presentes em todo o processo, destacando a realidade atual desse assentamento. Partimos do pressuposto de que a Igreja Católica, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra – CPT – atuou muito mais do que prestando assessoria, mas participou ativamente em um processo formativo mais amplo. Com a finalidade de melhor explicitar essa problemática, embasamos o nosso olhar na Teoria do Campo, de Pierre Bourdieu, sobretudo quanto às categorias de *habitus* e *capital*, a fim de explicitar que de fato a CPT contribuiu para um novo *habitus* dos trabalhadores rurais em São João do Bugre, na medida em que atribuiu-lhes *capital* imprescindível para a sua trajetória.

PALAVRAS-CHAVE: *habitus de ruralidade, formação, capital.*

ABSTRACT: This artigo é uma investigação of ethnographic cunho fruit, cujo eixo norteador pretendeu show as is constituiu or Assentamento São João do Bugre (GO), antiga Fazenda Estiva, addressing ocupação e you conflicts naquele period from uma leitura ocorridos two envolvidos: pastorais agents and occupants. For both, visit às fontes orais, showing you these shocks all em or process, highlighting the realidade atual desse assentamento. We are starting do pressuposto that Catholic Church, by intermédio da Comissão Pastoral da Terra - CPT - atuou muito mais do paying assessoria, more participou ativamente em um processo formative mais Miradouro. Com a finalidade melhor explicit problematic essa, embasamos or nosso olhar na Teoria do Campo, of Pierre Bourdieu, sobretudo quanto às categories of habitus and capital, to fim of explicit that of fato to CPT contribuiu for um novo

Key-words: *habitus of ruralidade, formação, capital.*

INTRODUÇÃO

No clássico *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, o autor descreve o cenário em que o retirante recebe um lote de terra, e como se dá a passagem de trabalhador para posseiro. “Viverás, para sempre na terra que aqui aforas: e terás enfim tua roça. Aí ficarás para sempre livre do sol e da chuva, criando tuas saúvas. Agora trabalharás só para ti, não a meias como antes em terra alheia

¹ Este artigo trata-se de uma revisão bibliográfica, fruto da minha experiência de doutorado na UFG, sob a orientação do Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa.

² Professora Adjunta na área de Fundamentos Filosóficos e Sócio-Históricos da Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG – Faculdade de Educação.

[...]”Essa imagem nos remete a uma situação vivenciada quando propusemos analisar a situação de um assentamento histórico, São João do Bugre, localizado às margens do Rio Vermelho na Cidade de Goiás. Localizamos um assentamento surgido na década de oitenta com forte influência de atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, a fim de colher os resultados, tempos depois de sua ocupação. Mostraremos que existe um *habitus* do camponês frente a um mundo de transformações, a partir do método etnográfico e a aplicação desse método na prática dos estudos rurais.

Quando pensamos no entendimento dos trabalhadores rurais, algumas questões conceituais se fazem necessárias. Uma delas diz respeito ao *habitus*, termo cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2004), pensado como um sistema de disposições duráveis, incorporado pelos sujeitos da ação ao longo de sua trajetória. Mediante da posse desse conceito constatamos que ocorrem persistências desse modo de vida calcadas em cenários do passado, que permitem ao trabalhador rural trazer consigo várias representações de mundo para o momento atual de ação. Essas formas antigas e muitas vezes arcaicas sobrevivem mediadas por outras relações sociais fundamentais, completamente distintas das relações sociais anteriores. O trabalhador rural que participa do enfrentamento, mesmo que vivencie uma outra situação, para ele nova, carrega consigo um *habitus* composto por um modo de vida simples, repleto de simbolismos que o marcam por essas disposições.

Essa “resistência” tem a sua origem explicada pelo *habitus* que o constitui sujeito do processo histórico. Ainda que esse trabalhador rural participe de novas relações sociais, dos movimentos pela conquista da terra, ele carrega consigo antigas determinações de experiências que viveu. A forma pode ser a mesma, mas o significado é inteiramente outro. Ao analisarmos o *habitus* desse trabalhador que permaneceu organizado em um movimento social, percebemos que a aquisição do saber social o modifica, ainda que parcialmente, constituindo um certo *capital*

social³. A experiência adquirida no movimento social constitui uma marca nesse trabalhador, agora transformado em militante político.

1.1 O trabalho etnográfico.

O trabalho etnográfico no Assentamento Rural Estiva ou São João do Bugre foi realizado entre julho e outubro de 2009. As entrevistas selecionadas com agentes e ex-agentes pastorais e assentados apontaram para o fato de que inexistiam movimentos sociais anteriores a esse movimento no campo, em Goiás.

As observações apontaram diversas direções. Uma delas foi para a percepção dos trabalhadores sobre os sentimentos de orgulho pela posse e conquista da terra, considerada como o início de uma série de outras conquistas, de renda para o núcleo familiar. Outra observação foi quanto às representações afetivas construídas no convívio com outros assentados. Muitos, além de companheiros de acampamento, tornaram-se compadres, representação que, no mundo camponês, significa a ampliação da família. Sociologicamente significa o alargamento dos laços de sociabilidade, traços do passado nas sociedades tradicionais.

O simbolismo está presente nas paredes. Em todas as casas visitadas, vimos nas paredes emparelhados quadros de santos de devoção familiares, “folhinhas” com datas e fotos familiares, de parentes que nem sempre estão mais presentes no núcleo da família. Outra cena tipicamente rural, vasos de plantas em todo o território das casas, ao lado de eletrodomésticos modernos, que em muitas casas se tem⁴. Mesmo que ocorressem diversas mudanças provocadas pela industrialização, encontramos um *habitus* composto por várias persistências como, por exemplo, na própria relação com a natureza, com a observação dos sinais de chuva, estiagem, friagem e seca.

³ O capital social é, para Bourdieu, “o conjunto de recursos (atuais ou potenciais) que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou vinculados a determinados grupos”. (CATANI, 2004, p. 9)

⁴ Em uma das casas, vi uma moderna máquina de moer o milho para fazer pamonha, em situação de desuso. Ao questionar a moradora o porquê do processo inteiramente manual, fomos surpreendidos pela resposta que a máquina alterava o sabor do produto feito, daí a preferência do não uso do equipamento.

1.2 A origem do Assentamento São João do Bugre (GO) e a percepção do conflito pelos agentes pastorais e assentados.

Pessoa (1999a, p.91) descreve a posse, a partir de uma história contada pelos parceiros, ocasião em que Antônio Alves de Sousa – o Antônio Baiano⁵ – chegou à Fazenda Estiva em 1979, lá encontrando Antônio Vitorino. Do outro lado do Rio do Bugre, na Fazenda São João do Bugre, moravam outras cinco famílias, trabalhando na condição de agregadas. Nessa versão, segundo Antônio Baiano, Alceu de Barros lhe confidenciou que estaria providenciando a documentação da terra e, quando terminasse o pleito, ele poderia permanecer onde estava.

No entanto, de acordo com este relato, em março de 1981, ou seja, três anos depois, apareceu Helion Barros de Oliveira, filho de Alceu de Barros, pressionando para que todos dali se retirassem, uma vez que havia comprado as terras de seu pai. Antônio Baiano afirma que inicialmente, o próprio Helion o procurou, fortemente armado, exigindo sua saída. Dois meses depois, os jagunços abriram uma picada e fizeram uma cerca ao redor do rancho. Seguiram-se os incêndios, cortes da plantação, tiros a esmo e dois despejos, sendo o primeiro datado na ordem judicial de 28 de junho de 1984. Diante de tanta pressão, cinco famílias foram embora da região. Antônio Baiano afirma que Antonio Vitorino teria sido cooptado por Helion, que lhe prometera a permanência na terra, caso ele não entrasse no movimento. O processo de grilagem referia, principalmente, a Antônio Baiano. O fato é que Antônio Baiano convenceu os outros vizinhos a resistirem na terra, a fim de assegurarem ali a sua “permanência”.

Os posseiros, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, requereram providências legais, como o mandado de segurança, pois já tinham o direito legal de posse. A esses posseiros somaram-se mais famílias, com a finalidade de, tanto permanecer nos lotes, como prestar solidariedade aos antigos moradores.

⁵ Havia na gleba outras famílias, porém foram cooptadas pelo demandante e saíram ou desistiram. Persistiu Antônio Baiano que tinha um rancho no local. Com o conflito deflagrado, integrantes do Sindicato e da Igreja Católica de Itapuranga, voluntários na resistência, vieram fazer frente às ações de desocupação da posse.

O agravamento da situação se deu quando, em 30 de maio de 1984, o fazendeiro Helion de Barros de Oliveira, acompanhado de um jagunço armado, invadiu a residência de Antônio Alves de Souza, Antônio Baiano, atacando-o violentamente, o que provocou a sua hospitalização e um inquérito policial registrado na Polícia de Goiás. O histórico de agressões, segundo o relato de Gomes, não parou por aí. Em 25 de junho do mesmo ano, o Antônio Baiano tornou a ser agredido por Helion no Cartório da cidade de Goiás, sendo testemunhado por oito funcionários do estabelecimento. Ao mesmo tempo, por ordem da ação judicial do juiz da Cidade de Goiás, João Jubé, no dia 26 de junho do mesmo ano, três famílias foram despejadas da fazenda, acompanhadas pelo oficial de justiça com mais três jagunços.

No momento do despejo, só estavam presentes no acampamento, as crianças, pois os posseiros trabalhavam nas plantações. Os jagunços quebraram os pertences dos moradores, levando os entulhos em um caminhão. No dia seguinte, mais uma vez, a mando de Helion, jagunços armados atearam fogo em quatro ranchos e duas residências, uma casa de farinha e um paiol. Além disso, soltaram 86 cabeças de gado nas plantações, destruindo-as. No decorrer dos acontecimentos, mais uma vez Antonio Baiano foi ameaçado de morte.

O conflito desvelou ainda aspectos simbólicos, que fizeram despertar sentimentos sobre aspectos morais de continuar na terra:

Eu tinha um cachorro que vivia correndo *pelas* *plantação*. Naquele dia deixei ele amarrado e tive que sair daqui. Eles (os jagunços) colocaram fogo em tudo. Quando eu cheguei aqui vi o cachorrinho todo sapecado. Daí deu uma revolta tão grande, que resolvi continuar aqui. (Fala de um assentado)

Antônio Baiano foi o único posseiro a reivindicar uma 'posse' na Fazenda Estiva, por já ter nela vivido na condição de agregado. Os demais vieram depois para ajudarem Antônio Baiano a confirmar a posse, com a expectativa de, com isso, também se instalarem naquela gleba, até então irregular. No início do conflito não apareceu nos depoimentos qualquer menção ao que poderíamos chamar de "consciência política", que habilitasse os posseiros da Fazenda Estiva

para uma militância no que se referia à conquista da terra. Essa “consciência” apareceu no decorrer do conflito:

Nós não tinha interesse, no início, em ficar na terra. O que eu queria, como disse para a senhora antes, era ajudar o compadre a receber o que tinha de direito. Mas depois eu passei a ver o seguinte: a terra é para quem precisa trabalhar. Aqui todo mundo era trabalhador rural e se conhecia. [...] Não era gente aventureira e da cidade. Eu mesmo, nunca vivi na cidade. Sempre trabalhei na roça. Passei a ficar aqui e disse: serei o último a sair. E fiquei até hoje. (Fala de um entrevistado)

O conflito, aos poucos, despertou o engajamento dos agentes pastorais que passaram a visitar a Fazenda Estiva, o que foi decisivo para “o despertar” dessa “consciência política”, tanto deles, como dos próprios posseiros. O entrevistado 08 destacou a importância da Igreja naquele momento:

No começo até para os agentes virem aqui era complicado. Isso porque a gente vivia “amoitado” com medo de tiro que vinha de todo lado. O pessoal vinha e reunia na casa do compadre. Até eles não sabiam direito o que fazer. Então posso dizer que não ensinaram a gente, não. Ninguém tinha experiência com luta. Pode dizer que eles aprenderam também com a gente. (Fala de um entrevistado)

O “aprender com a gente” coaduna com o caráter espontaneísta que a Igreja Católica inaugurava na área social. Isso significou, em muitos momentos, trocar “os pés pelas mãos”, quanto ao trato em relação às ocupações ou posses. Percebemos nos relatos dos entrevistados que em várias ocasiões, os agentes pastorais tomaram “as dores” dos trabalhadores, chegando a agir em nome deles. Mas essa situação revela ainda outro aspecto também importante, que é o aprendizado na prática do que significa a opção pelos pobres. Aos poucos, agentes pastorais, religiosos e demais membros da igreja tomaram conhecimento de uma realidade até então nova, desconhecida e desafiante. Pode-se afirmar que a Fazenda Estiva/São João do Bugre teve esse significado para a igreja em Goiás. A Fazenda Estiva marcou um novo posicionamento da igreja em relação aos conflitos agrários, o que significou, também, em algumas escolhas. Sobre esse novo posicionamento, o entrevistado 10, ex-agente da pastoral é significativo:

Então, o primeiro trabalho da CPT foi teológico, porque a igreja antigamente tinha uma aliança com a oligarquia rural que defendia que a propriedade era sagrada, então ninguém poderia tocar que era

tabu. E isso era de Deus, era assim mesmo. A pastoral da terra teve que fazer um trabalho de reconceitualização teológica, para entender até que ponto a propriedade era sagrada e se era sagrada mesmo e se era pecado mesmo fazer ocupação de terra e querer uma terra. E, muitas vezes, caminhava mesmo na linha de dizer que era inveja, querer o que era do outro. Muitas vezes mesmo, caminhava numa linha moral, de entender que hoje tem muita gente sem terra, e muita terra sem gente. Isso é fruto de uma história de construção histórica, e não de uma realidade dada por Deus. (Entrevista concedida por um ex-agente pastoral)

Neste sentido, percebe-se que a igreja teve que também se adaptar à proposta de acompanhar os trabalhadores nas suas ações, adaptação essa que demarcou terreno para importantes tomadas de decisões. Significou optar entre falar em nome dos trabalhadores ou assumir a sua causa. Em várias ocasiões, houve as duas coisas, sendo que em muitas vezes, a igreja, a partir da atividade pastoral, participou das batalhas com os litigantes. Em um primeiro momento, esse trabalho funcionou no plano da assessoria jurídica, no apoio ou na própria organização, como na doação de alimentos, roupas e remédios pelas comunidades católicas. Porém, em um segundo, e talvez o mais importante momento, o trabalho da CPT foi no sentido de um apoio moral, amparo substancial para as suas conquistas.

Quanto ao apoio moral, a religiosidade conferiu uma força para que houvesse resistência aos grileiros, à justiça e à própria desmotivação, muito comum entre os que se encontravam na condição de *sem terra*:

Muito mais do que acompanhar, assessorar. Estávamos preocupados em recuperar a estima daqueles trabalhadores. Percebíamos que não se tratava apenas de angariar fundos para a situação do momento do acampamento, mas era de trabalhar o sentimento das pessoas, que se encontravam devastadas pela noção de culpa que vivenciavam. [...] o trabalho mais difícil era convencê-las de que não se tratava de uma coisa errada. (Entrevista de um ex-agente pastoral)

Essa fala do ex-agente é ilustrativa, porque mostra que o trabalho da CPT foi, também, na direção de uma conscientização dos trabalhadores rurais. Empenhar pelos direitos daqueles trabalhadores não era um trabalho pastoral qualquer, mas uma necessidade, levando-se em conta as condições precárias em que eles se encontravam antes da constituição do acampamento. A CPT conferiu ainda um novo *status* ao andamento dos fatos, quanto à possibilidade de

organização, que praticamente no campo era desconhecida. Esse respaldo político foi responsável pelo *modus operandi* que seria adotado dali por diante pela igreja, presente em outras ocupações. Era necessário constituir um modo de ação, que de fato marcasse a presença da CPT na área da formação. Isso porque, em um primeiro momento, da transmissão do *capital* simbólico, optou-se por transmitir um *capital* político, municiando os trabalhadores de argumentos para o enfrentamento nas primeiras demandas de terra.

1.3 De “ocupantes” a assentados: a atual situação do Assentamento São João do Bugre.

Uma vez feita a ocupação ou posse, vem a fase do assentamento. Uma questão perturbadora que fica: que tipo de *capital social* passou a ser internalizado pelos assentados? Em que aspectos tornaram visíveis essas mudanças?

Em uma análise feita pelos ex-agentes que participaram da ocupação da Fazenda Estiva, há tanto uma memória positiva, que descreve a ação e atuação da CPT como importante e decisiva para o “desenrolar dos acontecimentos”, como uma memória negativa, que aponta os erros de julgamento e de atuação, principalmente, na constatação de que houve exageros na dosagem de paternalismo em relação aos posseiros:

Isso porque às vezes, no resgate da consciência dos trabalhadores, ela é muito paternalista. Porque o trabalhador é o que ela olha. Tende, às vezes, a proteger demais por causa da análise histórica: da exploração, da submissão ao sistema. O grande perigo é cair no paternalismo, e deixar que o trabalhador tome as decisões do seu próprio destino. [...] Em Goiás, essa perspectiva, nasceu irmãos da CPT que fez nascer a luta. O MST que nasceu no Paraná. Nós fizemos várias lutas sem o papel dos movimentos. (Ex-agente pastoral)

A priori, partimos do pressuposto de que os assentamentos rurais não são uma realidade estanque, mas um processo de *ressignificação* de realidades, experiências, que envolveram diferentes mediadores. Estiveram presentes na sua história diferentes agentes de mediação e representação: partidários, religiosos e sindicais. Outras pessoas advindas de outros espaços mantêm uma rotina de frequência nos assentamentos, desde a época dos acampamentos que lhe deram origem, como: líderes de movimentos sociais,

promotores, pesquisadores, policiais executando ordens judiciais, dentre outros. Todos exerceram, ou exercem ainda, uma forte influência para o assentado, que *absorve* desses agentes alguma forma de *capital*.

Como realidade de mudança no próprio assentamento, encontramos novos assentados – ao todo composto por cinco famílias – que conhecem pouco, ou desconhecem totalmente, o histórico da região. Alguns nunca ouviram falar que ali se desenrolou uma luta sangrenta pela posse, com feridos a bala dos dois lados. Esses novos moradores não possuem o mesmo *capital* dos que participaram do conflito, mas exercem uma influência sobre o assentamento, de alguma maneira, seja neutralizando as ações do grupo, ou mesmo mudando o estereótipo de parceleiro local.

Isso porque, a maioria desses novos moradores se encontra instalada na região, devido à compra da parcela, ainda que formalmente isso não aconteça, por limitações impostas pela legislação e pelo controle do Incra. Então, são designados como ‘sitiantes’, ‘chacareiros’ ou ‘pequenos proprietários de terras’.

A entrada de novas pessoas nos assentamentos reconfigura o lugar, também, pelo fato de que são vistos como *gente de fora*, com pouco conhecimento dos que lá estão desde o início. Alguns desses novos proprietários fazem da gleba de terra uma chácara de lazer de final de semana, chegando a ficar quinze dias sem ir até lá, a exemplo da Chácara Santa Rita, próxima à casa de um dos pioneiros do assentamento, comprada já de terceiros moradores, que por sua vez tinham comprado de antigos parceleiros. Questionamos sobre a possibilidade do acontecido, e foi respondido que sobre essa prática, muito comum por sinal, as autoridades que supervisionam fazem vista grossa.

Entre os trabalhadores rurais, como não poderia ser diferente, a mudança no *habitus* tem outras dimensões. Alguns assentados, pela experiência de êxito em outros movimentos sociais, atuam em sindicatos e até militam em partidos políticos, sendo muitas vezes candidatos que se elegem.

A título de exemplo, a gleba Mosquito, também no Município da Cidade de Goiás (GO), foi indicada a trabalhadores rurais principalmente vindos de Itapuranga, por parceleiros da Estiva, que não só apontaram a sesmaria, como ajudaram na organização e resistência. Manoezão e Antônio Baiano nos disseram

que trabalharam intensamente no sentido de indicar aos outros “o caminho das pedras”. Isso mostra, mais uma vez, a influência da formação, aqui no caso, trabalhadores rurais que adquiriram *capitais* e os transmitiram a outros trabalhadores rurais, pois, uma vez adquirido, esse *capital* torna-se instrumento para novas ações.

Nos assentamentos, encontramos ainda, assentados que de certa forma abandonaram as parcelas, pela simples descrença nas possibilidades de futuro na posse da nova terra⁶. Esses viram enormes dificuldades em nela permanecer por dificuldades de acesso – São João do Bugre, por exemplo, é recortada por estrada de chão a aproximadamente 10 km do asfalto – ou pela distância de levar os meninos à escola. A família mora na cidade, ficando apenas um dos membros no campo, a fim de garantir a ocupação.

Ao invés de enviar produtos próprios da roça para a cidade, como a carne suína, bovina e aves em geral, como galinhas e perus, e seus derivados – toucinho, leite, queijo, manteiga, ovos, dentre outros – é o contrário que acontece. A maior parte dos produtos consumidos é proveniente dos supermercados e mercadinhos mais próximos. No campo pouco ou quase nada se produz.

Esses parceiros, ainda que tenham o direito de posse, pouco trabalham na terra, que serve apenas como moradia. É bem mais fácil procurar emprego na cidade ou em outras fazendas, já as queixas feitas apontam para o fato de que os financiamentos do governo não são fáceis de conseguir⁷.

Há entre as histórias de vida dos assentados aqueles que, no entanto, não abandonaram os seus lotes, que continuaram trabalhadores rurais no pedaço de terra que adquiriram. Esses, em posse de um novo *capital* adquirido, passaram a adotar um novo linguajar típico de quem conhece todo o processo jurídico de aquisição de terras, levando adiante novos capitais, a fim de ajudar em novos empreendimentos:

Tudo que é necessário eu vou lá e consigo. Não caio em conversa de que não é possível. Cansei de ir até a prefeitura tentar conseguir

⁶ Em alguns casos, como de dois parceiros, a imissão de posse não resolveu problemas familiares. A separação do cônjuge e a incapacidade de “tocar a roça sozinho” fez com que o parceiro abandonasse ou vendesse a parcela, mudando-se com os filhos para a cidade.

⁷ Muitos assentados ocuparão, na cidade, atividades como ajudante de: pedreiro, serventes, carpinteiros, serralheiros, dentre outras funções que não exigem tanta qualificação. No campo, muitos passam a ser assalariados agrícolas, compondo 52% da média geral dos que trabalham fora da propriedade. (LEITE, 2004, p. 122)

estrada para todo mundo, de assentado até fazendeiro. Chego lá e espero abrir a prefeitura e só saio quando ouvir a resposta do prefeito. [...] Não tenho leitura, mas penso muito no que fazer. Quando vou no Incra e dizem que não pode isso ou aquilo, peço licença, peço o documento e falo assim: “pode deixar que vou para Brasília. Não quero ocupar o tempo d’ocês não. Em Brasília resolvo isso”. (Assentado de São João do Bugre)

O *capital* adquirido por esse assentado o habilitou a inúmeras conquistas. Foi por seu intermédio que os vizinhos conseguiram energia elétrica, antes mesmo dos grandes proprietários de terras da região. Na entrevista contou que um grande fazendeiro da região ironizou: “Você poderia ser candidato a vereador, tudo o que quer consegue”, ironia que devolveu na mesma medida: “Se eu me candidatasse a vereador, o senhor deveria ser o prefeito”.

Os assentados contaram também, da longa espera na aquisição da parcela. O primeiro passo foi a própria regularização das terras, desapropriadas ou adquiridas, feita pelo Incra. Uma vez ocorrido, seguiu-se à divisão dos lotes, por sorteio, ou mesmo por ordem de chegada ao lugar, como foi o caso Antônio Baiano, segundo essa lógica, o único posseiro. Os outros assentados participaram do sorteio das parcelas, porque chegaram às terras depois. No caso da antiga Fazenda Estiva, os trâmites legais da regularização da área demandaram oito anos, com enormes incertezas em relação ao êxito ou fracasso da aquisição ou não da terra. Segundo relatos de parceiros, naquele período não podiam plantar e colher, pois estavam constantemente ameaçados pelos jagunços, que chegaram a incendiar os ranchos e destruir as plantações várias vezes.

Um dos entrevistados confidenciou que muitas vezes o alimento da sua família foi o ‘arroz na salmoura’. Descreveu longamente as inúmeras dificuldades pelas quais passou naquele período, as privações vividas com os seus dez filhos e esposa. Com a regularização da parcela, construiu uma casa⁸, dispondo de um tempo para o cuidado das plantações e criações.

Essa nova realidade diz respeito à própria predisposição do *habitus* a novas aquisições de *capital*. Torna-se necessário manterem novas relações de

⁸ Se observarmos as condições socioeconômicas dos assentados notaremos uma grande dificuldade com relação à moradia. Isso porque, via de regra, eles advêm de uma situação de precariedade anterior aos assentamentos. Nos primeiros anos, com as despesas do plantio e investimento, a morada passa a ser uma das últimas coisas a ser feitas.

sociabilidade com pessoas “de fora” do assentamento, com os povoados próximos, com o poder público municipal, com os candidatos a vereadores e deputados que muito prometem e vão pedir votos, além de várias outras instituições que vez ou outra visitam os assentamentos, sugerindo formas de plantio, associativismo, dentre outras práticas vistas com o intento de melhorar a situação do assentado.

Acrescem-se às experiências, novas amizades com vizinhos parceiros que se tornam compadres de filhos, inclusive nascidos já na parcela. Tornam-se amigos, além de parceiros, dos mediadores que frequentaram, e muitas vezes ainda frequentam o assentamento, a exemplo dos agentes pastorais.

No desenrolar dos acontecimentos surgiram lideranças que participaram no processo de conquista da terra, mas que sucumbiram pelo próprio desgaste que o cotidiano impôs. No caso da antiga Fazenda Estiva, ou atual Fazenda São João do Bugre, não existe uma liderança que atualmente fale em nome do assentamento, até porque a maioria dos assentados que permaneceu nos lotes – apenas cinco desde o início – é idosa, sendo que a maioria dos filhos foi estudar na cidade e não mais voltou para o campo. O que mais se aproxima dessa condição de liderança é de um entrevistado, haja vista a disponibilidade para buscar melhorias para o assentamento.

A visita ao São João do Bugre provoca surpresa e perplexidade. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que não encontramos no local nenhum projeto de continuidade da reforma agrária. A impressão deixada é que, passados os primeiros anos de incentivos financeiros, não existem atualmente propostas governamentais que deem seguimento a esses incentivos.

No entanto, a partir das falas, percebemos outro discurso. Para os parceiros, o plantio envolve a aplicação de insumos agrícolas industrializados, bem como o manuseio de máquinas modernas, razão pela qual necessitam de créditos do governo, que nunca vieram, ou vieram tardiamente, desvalorizando o poder de compra. Vejamos o que diz uma entrevistada:

Deus me livre depender de financiamento do governo. É assim: você faz a dívida e quando chega o dinheiro, não dá para comprar nada. Tomei um dinheiro uma vez para plantar e quando chegou, não dava mais para comprar *as semente*. Com o dinheiro eu comprei umas vacas.

Percebemos que nesses relatos há ainda outra concepção para o trabalhador rural, de que a terra e tudo o que ela possa dar, passa a assumir uma ideia de *valor de troca*, abandonando qualquer tentativa de agricultura familiar, às vezes inexistente nos assentamentos. Parecem, com esse argumento, absorver a mesma lógica mercantilista do agronegócio.

Esse pensamento comum que atinge o campo brasileiro, cujo assentado reproduz no seu cotidiano, pode ser atribuído à própria inexperiência do camponês com a condução de suas terras. Na condição de assentado, tampouco tem conhecimento das regras de financiamento, de crédito e de engrenagem mercantil. (Ferrante, *apud*. PESSOA, 1999, p. 154).

Um fato pode explicar essa dificuldade em gerir a sua própria parcela. A pesquisa de Abramovay (1998) apontou que onde houve cooperativismo, as chances de sucesso foram bem maiores. No entanto, percebe-se que há uma dificuldade muito grande em partilhar terras, máquinas e produtos em comum. Os assentados tendem a reproduzir os mesmos valores anteriores à aquisição do lote, orientando-se a organizar o espaço rural com uma visão individualista, tendo cada um o “seu quintal”.

Assim foi em São João do Bugre, onde cada um recebeu o seu lote e não participou de qualquer atividade coletiva.

Cada um ficou com o seu lote, com *as suas plantação*. Teve uns que vendiam madeira, ou trocavam madeira por cimento e peças de construção. Outros plantavam banana, laranja e outros produtos para serem vendidos na cidade. Outros venderam os seus lotes. Teve sim financiamento. Muitos, não sei o que fizeram. O que recebi, empreguei na terra, na compra de sementes para produzir. (Fala de um assentado)

Nesse assentamento questionamos sobre o porquê da não associação em cooperativas. Percebemos uma grande resistência dos assentados em relação a essa prática do associativismo, vigorando a ideia de intromissão, o “cada um se meter no que não é seu”. A experiência coletiva se restringe aos mutirões organizados para a limpa e colheita ou construção das moradias. Foram várias as tentativas de associativismo como: horta coletiva, farinha, leite, mel e produção de animais, mas nenhuma dessas atividades deu certo.

A questão econômica do assentamento São João do Bugre ficou reduzida à produção da família, sendo que o plantio do milho, do feijão, da mandioca, da laranja e o manejo de animais como galinha, porco e gado de leite apareceram como a principal fonte de renda.

Atualmente, notamos um aspecto ainda mais grave, que é o fato de não encontrar quase nenhuma produção de cunho familiar. Notamos que grande parte dos assentados aluga o pasto como única fonte produtiva de renda e compra da cidade a maior parte dos gêneros alimentícios de que precisa.

No início, os alimentos produzidos como excedente, passaram a ser vendidos principalmente na cidade de Goiás, garantindo uma renda extra para a família, em uma produção eminentemente feminina. Por algum tempo esse modelo funcionou adequadamente, garantindo a renda. No entanto, ao longo de sua existência como assentamento rural, várias situações ocorreram. Na época da imissão na posse, nove famílias receberam as parcelas e passaram a viver na terra. Naquele momento, houve produção familiar, tentativas de cooperativa e de produção auto-suficiente que supria as necessidades do núcleo. Essa não é a realidade que pode ser observada atualmente. Conforme citado, das nove famílias, apenas quatro permaneceram na propriedade. Os outros núcleos familiares, por motivos diversos como: óbito do cônjuge, dificuldades de permanência por falta de recursos, doença, ou mesmo desinteresse, venderam a parcela, conforme também já citamos.

Nos lotes dos quatro que permaneceram, não aconteceu o que se chama de produção familiar, porque o núcleo produtivo se desfez ou foi bastante alterado. Os filhos cresceram, foram estudar na cidade e de lá nunca voltaram. Ficaram no campo apenas os mais velhos que não têm “forças” para o trabalho pesado da roça, como é o caso de um assentado que vive apenas com a mulher, também idosa.

Essa realidade não é peculiar apenas no Assentamento São João do Bugre. As transformações que ocorreram no campo, principalmente motivadas pelo desemprego provocado pelo incremento de tecnologias, além das supostas facilidades de uma vida urbana, têm empurrado os jovens em condição de trabalho cada vez mais para as cidades, esvaziando as zonas rurais. Então resta nos assentamentos uma população envelhecida, cuja idade não permite uma inserção

ativa no mercado de trabalho. Os “velhos” que fixaram no lugar não saíram, graças a uma não adaptação ao ritmo de vida.

Essa situação mostra, por outro lado, que a parcela ocupada pelos pais não gera interesse dos filhos em permanecer no campo, a não ser quando se inscrevem em movimentos sociais, demandando também um lote de terra. Em São João do Bugre, o filho de um assentado conseguiu uma parcela nos fundos da propriedade do pai, e nela convive com sua família. No entanto, percebemos aí uma situação isolada, que não reflete a realidade da maioria dos assentados.

Este constitui um dos motivos, pelos quais, não encontramos no assentamento investigado, a chamada produtividade agrícola, mesmo que de subsistência. Sobre essa questão, um assentado se manifestou:

Aqui a maioria não produz da terra. Ou contrata o trabalho dos outros para fazer algum serviço ou não fazem nada. Daqui ninguém produz nada. Até porque a história de muitos não tem nada a ver com a nossa luta pela reforma agrária. [...] O que precisa comprar, manda buscar da cidade. (Fala de um Entrevistado)

Questionamos se, atualmente, haveria a presença de mediadores orientando-os sobre alguma atividade que poderia ser exercida, se receberiam ocasionalmente alguma vistoria às propriedades, buscando encontrar alguma irregularidade na ocupação das parcelas. Foi respondido que, eventualmente, o Incra visita o local, fazendo vistas grossas para a realidade. Sobre a mediação da CPT, ouvimos queixas e muito pesar sobre a escassa visita, inclusive dos padres que, vez ou outra, ainda vinham “fazer missa ou novena”.

Essa ausência da igreja se explica devido ao próprio contexto em que esta se insere atualmente: a inércia de projetos voltados à área social. Um dos entrevistados, agente pastoral na região de São Luis dos Montes Belos, abordou essa questão, mostrando que há uma tendência da igreja em direcionar para a postura *carismática*, o que de certa forma, despreza o trabalho pastoral. Essa seria uma das possíveis explicações para a ausência da igreja nos acampamentos e assentamentos.

Outra explicação para esse fato é o próprio momento histórico em que se insere a igreja e, sobretudo, a Comissão Pastoral, que estaria passando por uma fase de institucionalização, atuando principalmente, na formação de quadros que atuam nos movimentos sociais ou movimentos de resistência e de posse, não

dispondo de recursos nem de pessoas para acompanharem os assentamentos rurais.

Ainda que pesem essas justificativas, ouvimos falas ressentidas sobre a ausência, hoje, da igreja Católica e da CPT em São João do Bugre ou de qualquer outro mediador ou representante sindical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos em São João do Bugre uma situação em que os assentados não alteraram o modo de vida economicamente, já que a “posse legal” veio destituída de investimento e de uma proposta agrária consistente por parte do governo. Os trabalhadores rurais fazem parte das estatísticas oficiais dos ‘despossuídos’, que o título de posse da terra não delegou direitos.

Pode-se dizer que a fase de acampamento foi expressiva para a mudança de perspectiva de suas trajetórias. Isso porque, naquele momento de visibilidade, houve a construção de uma consciência coletiva de *sem terra*, provocada pela necessidade de efetivação do projeto de vida, o que tornou necessária a aquisição de uma série de habilidades intrínsecas para participar do confronto e das negociações.

Os trabalhadores rurais que receberam a parcela vislumbraram que possuí-la não alteraria as condições de vida, restando-lhes a condição de assalariamento rural fora de sua propriedade. Em outras palavras, um sonho desfeito. Então, se receber a terra significava assumir simbolicamente não apenas a conquista de uma renda, mas de um projeto de liberdade, o que representava tornar-se dono da condição de trabalho, no entanto, continuaram trabalhadores rurais nas fazendas dos outros, como principal fonte de renda.

Quanto à aquisição do *capital*, cujo principal agente formador foi a Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra, podemos afirmar que houve, sim, formação, em momentos distintos. Essa formação empreendida ocorreu no próprio momento do conflito, quando era necessário instruir os trabalhadores sobre os direitos e as demandas que deveriam compreender, a fim de garantir a posse. Percebe-se, nas falas, que os trabalhadores rurais aprenderam os meandros

políticos a percorrer, quais estratégias a serem adotadas e quais meios legais e institucionais eram imprescindíveis para o alcance de seus objetivos. Apropriaram-se do discurso e percurso exigido para o enfrentamento.

Vimos que a CPT naquele momento enviou não apenas advogado, mas agentes pastorais, que passaram a frequentar a área mesmo em momentos de muito conflito. Quanto às ‘internalizações’ impostas, ainda que haja um *habitus* religioso próprio das sociedades camponesas, adeptas do catolicismo popular, pode-se assegurar que o *capital* oferecido pela CPT, foi no sentido de inserir uma visão mística na questão da terra, o que serviu como alento para as horas mais difíceis.

Tempos difíceis, descritos como época de se alimentar de “mandioca com garapa”, pois tudo era escasso, principalmente o alimento. Se não fosse a ajuda da igreja, das arrecadações de roupas e comida, não teriam sobrevivido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.) *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

BOLETIM de formação da CPT Regional de Goiás, 2004

BOLETIM informativo: CPT – Regional Centro Sul de Goiás. a 1, n. 3, mar/ 1985

BOLETIM da Comissão Pastoral da Terra, n1, Ano I, Goiânia, dez. 1975, p.8

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARNEIRO, Maria Esperança F. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Cegraf, 1989.

CATANI, A. M. Pierre Bourdieu: *Escritos de Educação*. Orgs. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GOMES, Luís Antônio Lopes. *A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com terra*. Dissertação de Mestrado defendida em 1992. Faculdade de Ciências Sociais – UFG. Goiânia. 1992.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In STÈDILE, J. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

_____, Esboço de uma alternativa para a educação no meio rural. in *Contexto & Educação*, n. 4, Ijuí, FUI, 1984.

LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos assentamentos*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008.

PESSOA, J. de M. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no Aprendizado da Itinerância. In *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato*. NEVES, D. P. (org.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. *A Revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

POLETO, I. A terra e a vida em tempos neoliberais. In *A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. A CPT, a igreja e os camponeses. In org. *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985;

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *Habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In *Revista Eletrônica de Educação*, n. 20, p. 60-70, mai/jun/jul/ago. 2002.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SOTELO, Lúcia F. Ribeiro. *Educação e cidadania: Do ensino social da igreja à prática educativa da CPT no Regional de Goiás*. São Paulo: Editora Academia Cristã, Ltda. 2007.